

EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE CULTURAL: ANÁLISE DO ESTATUTO DAS ACADEMIAS INFANTOJUVENIL E JUVENIL DA ACADEMIA ALB-MG/ZMM

INTERGENERATIONAL EDUCATION FOR CULTURAL SUSTAINABILITY: AN
ANALYSIS OF THE STATUTE OF THE YOUTH AND JUNIOR ACADEMIES OF ALB-
MG/ZMM

Fabício Souza Santos¹
Jadson Luís Rebelo Porto²

RESUMO: As transformações sociais, culturais e tecnológicas do século XXI têm ampliado os desafios enfrentados pelas instituições responsáveis pela produção, preservação e difusão do conhecimento. Nesse contexto, as academias de letras são chamadas a ampliar sua função tradicional de preservação da memória literária, assumindo também um papel estratégico na formação de novas gerações e na sustentabilidade das organizações culturais. Este estudo analisa o Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira (ALB-MG/ZMM), compreendendo-o como uma proposta inovadora de educação não formal voltada à formação intelectual, à tutoria intergeracional e à sucessão institucional planejada. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e na hermenêutica, articulando os referenciais de Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Lev Vygotsky, Edgar Morin, António Nóvoa e Dermeval Saviani. Os resultados indicam que o modelo estatutário integra literatura, artes, pesquisa, cidadania e governança cultural em um sistema permanente de formação humana, favorecendo a democratização do acesso à cultura, o fortalecimento do capital cultural e a formação de lideranças juvenis. Conclui-se que a proposta representa uma contribuição relevante para a renovação das academias de letras e para o desenvolvimento de políticas culturais sustentáveis orientadas à valorização das novas gerações.

Palavras-chave: Educação não formal. Academias de Letras. Sustentabilidade cultural. Tutoria intergeracional. Capital cultural. Governança cultural.

¹ Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), campus Manhuaçu/MG. Especialista em Literatura, Cultura e Arte na Educação pela Faculdade de Ciências e Educação do Caparaó (FACEC), Caparaó/MG. Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade do Futuro, campus Manhuaçu/MG.

² Coautor (Professor orientador). Geógrafo; Mestre em Geografia; Doutor em Ciência Econômica; Pós-Doutor em Planejamento Territorial (Idega/Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2025). Integrante efetivo da Academia de Letras José de Alencar (Curitiba, PR). Integrante e Presidente da Academia Amapaense de Ciências (Macapá, AP).

ABSTRACT: The social, cultural, and technological transformations of the twenty-first century have intensified the challenges faced by institutions responsible for producing, preserving, and disseminating knowledge. In this context, literary academies are increasingly expected to expand their traditional role of safeguarding cultural heritage by contributing to the education of new generations and to the long-term sustainability of cultural organizations. This study analyzes the Statute of the Youth and Junior Academies of the Academy of Letters of Brazil – Minas Gerais Section – Zona da Mata Mineira Branch (ALB-MG/ZMM), interpreting it as an innovative model of non-formal education focused on intellectual development, intergenerational mentoring, and planned institutional succession. A qualitative documentary approach supported by hermeneutic analysis was adopted, drawing on the theoretical contributions of Paulo Freire, Pierre Bourdieu, Lev Vygotsky, Edgar Morin, António Nóvoa, and Dermeval Saviani. The findings indicate that the proposed institutional model integrates literature, arts, scientific research, citizenship, and cultural governance into a permanent educational system that promotes cultural democratization, strengthens cultural capital, and develops young intellectual leaders. The study concludes that the model offers a significant contribution to the renewal of literary academies and to the advancement of sustainable cultural policies centered on youth participation.

Keywords: Non-formal education. Literary academies. Cultural sustainability. Intergenerational mentoring. Cultural capital. Cultural governance.

I INTRODUÇÃO

2

A sociedade contemporânea, marcada pela expansão das tecnologias digitais e pela complexidade das relações sociais, atribui às instituições educacionais e culturais responsabilidades estratégicas na formação humana e na preservação do patrimônio intelectual. Nesse contexto, as academias de letras transcendem o papel de reconhecimento literário e assumem funções voltadas à educação, cidadania e valorização da cultura como bem público.

Historicamente, essas instituições consolidaram-se como guardiãs da língua, da literatura e da memória cultural, fortalecendo a identidade nacional. Contudo, grande parte das academias brasileiras ainda privilegia públicos adultos, limitando a participação sistemática de crianças e jovens, o que compromete a continuidade institucional e a democratização do acesso aos bens culturais.

A literatura especializada reconhece sua relevância na preservação da memória, mas evidencia lacunas quanto à formação de novas gerações de intelectuais e à sustentabilidade organizacional. Nesse cenário, ganha destaque a proposta das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira (ALB-MG/ZMM), cujo estatuto prevê tutoria intergeracional, protagonismo juvenil

e mecanismos de sucessão planejada, integrando literatura, artes, pesquisa e cidadania em ambiente de educação não formal.

Diante desse cenário, estabelece-se como problema de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a institucionalização de academias de letras destinadas a crianças e jovens pode contribuir para a formação do capital cultural, o desenvolvimento de lideranças intelectuais e a sustentabilidade das instituições culturais brasileiras? A investigação busca responder a essa questão por meio da análise crítica do estatuto, compreendendo-o como um instrumento de educação, governança cultural e fortalecimento da cidadania.

O estudo parte da hipótese de que modelos institucionais fundamentados na formação interdisciplinar e na sucessão planejada constituem estratégias eficazes para ampliar a participação cultural e assegurar a continuidade histórica das academias de letras. O objetivo geral consiste em analisar criticamente o modelo da ALB-MG/ZMM, identificando seus fundamentos educacionais, culturais e organizacionais, e avaliando suas contribuições para a sustentabilidade institucional e para o fortalecimento das políticas culturais.

A relevância científica reside na articulação entre Educação, Gestão Cultural e Políticas Públicas, propondo uma leitura das academias de letras como espaços de formação intelectual, produção cultural e desenvolvimento social. Ao deslocar o foco para processos de formação e sucessão, a pesquisa amplia o debate sobre o papel dessas organizações no século XXI e oferece subsídios para novas investigações sobre educação não formal e governança cultural.

Por fim, defende-se que iniciativas voltadas à formação de jovens acadêmicos representam uma possibilidade concreta de renovação das academias de letras, fortalecendo sua função educativa e ampliando sua contribuição para a democratização da cultura. Nesse sentido, o estatuto analisado ultrapassa seu caráter normativo e apresenta-se como uma proposta de organização institucional capaz de integrar tradição, inovação e responsabilidade social, contribuindo para a formação de gerações comprometidas com a produção do conhecimento, a valorização da literatura e a preservação da memória cultural. Essa perspectiva orienta as análises desenvolvidas nas seções seguintes e fundamenta a discussão acerca da educação intergeracional como estratégia de sustentabilidade cultural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação, Cultura e Formação Humana

As transformações da sociedade do conhecimento ampliaram a compreensão de que a educação ultrapassa os limites da escolarização formal, constituindo um processo contínuo de

formação humana que envolve diferentes espaços de aprendizagem. Nesse contexto, instituições culturais como bibliotecas, museus, centros de memória e academias de letras assumem papel estratégico na produção, preservação e difusão do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de competências intelectuais, sociais, culturais e éticas.

Essa perspectiva encontra respaldo nas diretrizes da UNESCO, especialmente no Relatório Delors, ao reconhecer que a educação deve promover o desenvolvimento integral da pessoa por meio dos quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Tais dimensões reforçam a necessidade de ambientes educativos que articulem conhecimento, cultura, participação social e formação cidadã, superando concepções restritas de ensino centradas apenas na transmissão de conteúdo.

Nesse cenário, a educação não formal destaca-se como um campo complementar ao sistema escolar, caracterizado por processos educativos desenvolvidos em instituições sociais organizadas, com maior flexibilidade metodológica e forte integração entre teoria e prática. Diferentemente da educação formal, sua finalidade consiste em ampliar oportunidades de aprendizagem por meio da participação em experiências culturais, científicas e comunitárias, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, da criatividade e do protagonismo dos sujeitos.

As academias de letras inserem-se nesse contexto ao ampliarem sua função tradicional de preservação da literatura para atuar também como espaços permanentes de formação intelectual. Quando voltadas à participação de crianças e jovens, essas instituições passam a oferecer experiências que integram produção literária, pesquisa, artes, ética e cidadania, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e de participar ativamente da vida cultural. Tal configuração aproxima as academias das concepções contemporâneas de educação integral, nas quais o conhecimento é construído pela interação entre diferentes linguagens e experiências formativas.

Sob a perspectiva sociológica, Pierre Bourdieu contribui para compreender esse processo ao demonstrar que o acesso ao capital cultural e ao capital simbólico influencia significativamente as oportunidades de participação social. O capital cultural corresponde aos conhecimentos, habilidades, hábitos de leitura e repertórios adquiridos ao longo da formação, enquanto o capital simbólico refere-se ao reconhecimento e à legitimidade conferidos pelas instituições. Assim, ao possibilitar o ingresso precoce de crianças e adolescentes em ambientes intelectuais organizados, as academias literárias favorecem a democratização desses capitais e ampliam as possibilidades de desenvolvimento acadêmico e cultural.

Nessa perspectiva, as academias infantojuvenis deixam de representar apenas espaços de distinção honorífica para constituírem ambientes de formação contínua, nos quais literatura, cultura e participação institucional convergem para o fortalecimento da identidade intelectual e da cidadania. Ao integrar educação não formal, produção cultural e desenvolvimento humano, essas organizações ampliam sua relevância social e reforçam seu papel como agentes de preservação da memória e de formação das futuras gerações de produtores de conhecimento.

2.2 Aprendizagem Intergeracional, Complexidade e Sustentabilidade Institucional

A formação intelectual proposta pelas Academias Infantojuvenil e Juvenil fundamenta-se na compreensão de que o conhecimento é construído por meio da interação entre sujeitos, cultura e experiência social. Nessa perspectiva, a aprendizagem ultrapassa a transmissão de conteúdos e passa a constituir um processo colaborativo, no qual a mediação exercida por indivíduos mais experientes favorece o desenvolvimento de competências cognitivas, éticas e culturais. Essa concepção encontra respaldo na teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, especialmente no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, segundo o qual a aprendizagem é potencializada quando ocorre em contextos de interação orientada.

No modelo institucional analisado, essa mediação concretiza-se por meio da tutoria acadêmica, concebida como um processo permanente de acompanhamento intelectual e humano. O tutor não atua apenas como orientador técnico, mas como referência ética e cultural, compartilhando conhecimentos, experiências e valores que fortalecem a identidade acadêmica dos jovens participantes. Essa relação intergeracional favorece a construção de comunidades de aprendizagem, nas quais diferentes gerações colaboram para a preservação da memória institucional e para a produção coletiva do conhecimento.

Essa dinâmica dialoga com a perspectiva do pensamento complexo proposta por Edgar Morin, que defende uma educação capaz de integrar diferentes áreas do conhecimento e superar a fragmentação disciplinar. Sob esse enfoque, literatura, música, artes visuais, pesquisa científica, ética e cidadania deixam de constituir campos isolados e passam a compor um processo formativo interdisciplinar, orientado para o desenvolvimento integral da pessoa. A formação acadêmica, portanto, articula dimensões cognitivas, culturais e sociais, favorecendo a construção de uma visão ampla da realidade e da atuação cidadã.

Além da dimensão pedagógica, a proposta apresenta implicações relevantes para a governança das instituições culturais. A literatura evidencia que um dos principais desafios enfrentados por organizações dessa natureza consiste em assegurar a continuidade de suas

atividades diante do envelhecimento de seus quadros e da ausência de políticas permanentes de renovação. Nesse contexto, a sucessão institucional deixa de ser compreendida como um evento administrativo eventual e passa a integrar um processo educativo contínuo, no qual a formação de novas lideranças é planejada e desenvolvida ao longo do tempo.

A sustentabilidade institucional, nessa perspectiva, depende da capacidade de transmitir conhecimentos, valores, práticas culturais e compromissos éticos entre diferentes gerações. A tutoria intergeracional constitui, assim, um mecanismo de preservação da memória organizacional e de fortalecimento da identidade institucional, assegurando que a renovação dos membros ocorra de forma articulada com a continuidade das finalidades culturais da academia. Desse modo, a sucessão planejada configura-se como elemento estratégico para a consolidação de organizações culturais sustentáveis e comprometidas com a formação permanente do capital intelectual.

Os fundamentos apresentados convergem para uma compreensão ampliada das academias de letras como instituições educativas, culturais e sociais. Ao integrar educação não formal, aprendizagem intergeracional, interdisciplinaridade e governança cultural, o modelo analisado amplia o alcance das academias para além de sua função tradicional de reconhecimento literário, posicionando-as como espaços permanentes de formação humana, inovação cultural e desenvolvimento institucional. Essa articulação fornece a base teórica para a análise do estatuto realizada nas seções seguintes.

2.3 Marcos Normativos e Fundamentação Jurídico-Institucional

A proposta das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira insere-se em um conjunto de diretrizes nacionais e internacionais que reconhecem a educação, a cultura e a participação social como direitos fundamentais e como elementos essenciais ao desenvolvimento humano. Embora o estatuto possua natureza institucional, seus princípios apresentam convergência com documentos que orientam políticas públicas voltadas à formação integral, à democratização do acesso à cultura e à valorização do patrimônio cultural.

No âmbito internacional, as diretrizes da UNESCO destacam que a educação deve ocorrer ao longo de toda a vida e articular dimensões cognitivas, sociais, culturais e éticas. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e o Relatório Delors reforçam que a cultura constitui um direito humano e que as instituições culturais desempenham papel relevante na formação de cidadãos capazes de participar ativamente da

produção e da preservação do patrimônio cultural. Sob essa perspectiva, as academias de letras podem ser compreendidas como espaços de aprendizagem permanente, produção artística e fortalecimento da cidadania cultural.

Esses princípios dialogam diretamente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à educação de qualidade, à redução das desigualdades, à valorização do patrimônio cultural e ao fortalecimento de instituições inclusivas. Ao promover a formação intelectual de crianças e jovens, ampliar o acesso à cultura e incentivar o protagonismo juvenil, o modelo institucional analisado apresenta aderência aos compromissos internacionais voltados ao desenvolvimento sustentável e à construção de sociedades mais participativas.

No contexto brasileiro, a Constituição da República Federativa de 1988 estabelece a educação como direito de todos e reconhece a colaboração da sociedade na promoção dos processos educativos. Da mesma forma, assegura o pleno exercício dos direitos culturais e determina a valorização e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Esses dispositivos conferem legitimidade à atuação das academias de letras como instituições da sociedade civil comprometidas com a formação humana e com a preservação da memória cultural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional amplia essa compreensão ao reconhecer que os processos educativos ocorrem não apenas nas instituições escolares, mas também nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Em consonância com essa perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à educação, à cultura, à participação comunitária e ao desenvolvimento integral, enquanto o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura reforçam a necessidade de ampliar o acesso aos bens culturais, incentivar a formação de agentes culturais e fortalecer redes de cooperação entre Estado e sociedade. Esses marcos normativos sustentam a compreensão das academias literárias como ambientes legítimos de educação não formal e de formação cidadã.

Assim, a análise do conjunto normativo evidencia que a proposta das Academias Infantojuvenil e Juvenil não se limita a uma iniciativa institucional isolada, mas encontra respaldo em princípios jurídicos e educacionais amplamente reconhecidos. Essa convergência fortalece sua legitimidade científica e social, demonstrando que a integração entre educação, cultura e governança institucional pode constituir uma estratégia consistente para a formação de novas lideranças, a democratização do acesso ao patrimônio cultural e a sustentabilidade das academias de letras.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentado na análise documental e orientado pelo método hermenêutico. A opção por essa abordagem decorre da necessidade de compreender o Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira não apenas como um instrumento normativo, mas como uma proposta institucional que expressa concepções de educação, cultura, governança e formação humana.

A fonte primária da investigação foi o Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da ALB-MG/ZMM, documento que estabelece os princípios organizacionais, pedagógicos e culturais da instituição. A análise concentrou-se na identificação dos fundamentos educacionais presentes em sua estrutura, buscando compreender como seus dispositivos contribuem para a formação intelectual de crianças e jovens, para a construção do capital cultural e para a sustentabilidade institucional das academias de letras.

Como suporte teórico, realizou-se pesquisa bibliográfica em obras clássicas e contemporâneas das áreas de Educação, Sociologia, Gestão Cultural e Políticas Públicas. O referencial foi selecionado em função de sua contribuição para a compreensão de temas como educação não formal, aprendizagem intergeracional, capital cultural, governança institucional e desenvolvimento humano, estabelecendo diálogo entre o documento analisado e a produção científica especializada.

A interpretação dos dados foi conduzida por meio da análise temática, organizando os conteúdos do estatuto em categorias analíticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Entre as categorias consideradas destacam-se: educação não formal, tutoria acadêmica, formação intelectual, capital cultural, governança institucional, sucessão geracional, interdisciplinaridade e cidadania cultural. Esse procedimento permitiu identificar relações entre a arquitetura institucional proposta e os referenciais teóricos adotados, favorecendo uma leitura crítica das potencialidades do modelo investigado.

A utilização da hermenêutica documental possibilitou compreender o estatuto como um texto institucional dotado de intencionalidade pedagógica, cujos dispositivos ultrapassam a dimensão administrativa e revelam uma concepção de formação orientada pela integração entre educação, cultura e participação social. Dessa forma, a metodologia adotada mostrou-se adequada para analisar as contribuições do modelo à renovação das academias de letras e à

construção de estratégias voltadas à sustentabilidade cultural e à formação de novas lideranças intelectuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira evidencia uma proposta institucional que amplia significativamente a função tradicional das academias de letras. O documento não se restringe à regulamentação administrativa, mas apresenta uma arquitetura organizacional orientada para a formação intelectual, a participação cultural e a sustentabilidade institucional, estabelecendo um modelo de educação não formal fundamentado na aprendizagem contínua e na valorização das novas gerações.

Um dos aspectos mais relevantes identificados é a incorporação da formação de crianças, adolescentes e jovens como eixo estruturante da organização acadêmica. Diferentemente dos modelos convencionais, que concentram suas atividades em membros adultos já reconhecidos por sua trajetória intelectual, o estatuto propõe um percurso formativo permanente, no qual o ingresso precoce possibilita o desenvolvimento gradual de competências literárias, artísticas, científicas e cidadãs. Essa concepção transforma a academia em um ambiente de aprendizagem sistemática, fortalecendo sua função educativa e social.

9

A estrutura estatutária também evidencia uma compreensão ampliada da educação não formal. As atividades previstas articulam produção literária, pesquisa, manifestações artísticas, projetos culturais, ações comunitárias e experiências de liderança, favorecendo uma formação interdisciplinar que dialoga com os princípios da educação integral. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído por meio da participação ativa dos membros, da interação entre diferentes gerações e da integração entre teoria e prática, aproximando-se das concepções contemporâneas de aprendizagem colaborativa.

Outro elemento inovador consiste na valorização do protagonismo juvenil como princípio organizador da vida acadêmica. O estatuto prevê a participação efetiva dos jovens em atividades culturais, projetos institucionais e processos de representação acadêmica, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, do compromisso coletivo e da responsabilidade social. Essa participação amplia o sentimento de pertencimento institucional e contribui para a formação de lideranças capazes de atuar na preservação e na renovação do patrimônio cultural.

Sob essa perspectiva, os resultados indicam que o modelo analisado ultrapassa a lógica tradicional das academias de letras como espaços de reconhecimento honorífico. Ao integrar

educação, cultura e governança institucional em uma proposta única de formação humana, o estatuto configura uma estratégia inovadora para fortalecer a sustentabilidade das organizações culturais, promovendo a continuidade de suas atividades por meio da preparação sistemática de novas gerações de acadêmicos. Essa característica representa uma das principais contribuições do documento para o debate sobre educação não formal e renovação institucional no contexto brasileiro.

4.1- Tutoria Intergeracional e Formação do Capital Cultural

A análise do estatuto evidencia que a tutoria intergeracional constitui um dos pilares estruturantes do modelo institucional. Mais do que um mecanismo de acompanhamento acadêmico, a tutoria configura um processo permanente de mediação pedagógica, por meio do qual membros experientes compartilham conhecimentos, valores, práticas culturais e experiências institucionais com crianças, adolescentes e jovens. Essa dinâmica favorece a continuidade da memória organizacional e fortalece a formação de novas lideranças comprometidas com a missão institucional da academia.

Sob a perspectiva da educação não formal, a tutoria amplia as oportunidades de aprendizagem ao criar espaços de diálogo entre diferentes gerações. O processo formativo deixa de estar centrado exclusivamente na aquisição de conhecimentos técnicos e passa a incorporar dimensões éticas, culturais e sociais indispensáveis ao desenvolvimento humano. A convivência entre acadêmicos experientes e jovens participantes estimula a construção coletiva do conhecimento, favorecendo a reflexão crítica, o exercício da cidadania e o fortalecimento do compromisso com a produção cultural.

Os resultados também demonstram que essa interação contribui significativamente para a formação do capital cultural, conforme discutido no referencial teórico. Ao proporcionar contato sistemático com práticas literárias, pesquisas, atividades artísticas, eventos acadêmicos e experiências institucionais, o modelo amplia o repertório cultural dos participantes e fortalece competências relacionadas à escrita, à comunicação, à pesquisa e à liderança. Dessa forma, o capital cultural deixa de ser um patrimônio restrito a grupos específicos e passa a constituir um recurso compartilhado por meio de processos educativos organizados e acessíveis.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional. O estatuto estimula a participação ativa dos jovens em projetos, cerimônias, atividades culturais e ações de interesse coletivo, promovendo sua integração à identidade organizacional da academia. Esse envolvimento favorece a internalização dos valores

institucionais e contribui para a construção de vínculos duradouros entre os participantes e a organização, elemento essencial para a continuidade das ações culturais e para a consolidação de uma cultura organizacional participativa.

A análise evidencia, ainda, que a tutoria intergeracional transcende sua dimensão pedagógica e assume importância estratégica para a governança institucional. Ao preparar progressivamente novos membros para o exercício de responsabilidades acadêmicas, o modelo reduz os riscos associados à descontinuidade administrativa e favorece a renovação planejada das lideranças. Assim, a sucessão institucional deixa de depender exclusivamente da substituição ocasional de dirigentes e passa a integrar um processo contínuo de formação, no qual a transmissão de conhecimentos, valores e práticas organizacionais ocorre de maneira sistemática e intencional.

Esses resultados reforçam que a proposta estatutária articula formação humana, desenvolvimento intelectual e sustentabilidade institucional em um único sistema organizacional. Ao integrar educação, cultura e governança, o modelo amplia o alcance das academias de letras e demonstra que a preparação de novas gerações constitui um elemento central para a preservação da memória cultural e para o fortalecimento das instituições literárias contemporâneas.

II

4.2- Governança Cultural e Sustentabilidade Institucional

A análise do Estatuto evidencia que a governança institucional ocupa posição central na proposta das Academias Infantojuvenil e Juvenil da ALB-MG/ZMM. O documento estabelece mecanismos de organização que ultrapassam a dimensão administrativa, estruturando processos voltados à continuidade institucional, à participação democrática e ao fortalecimento da missão cultural da academia. Essa configuração demonstra que a sustentabilidade organizacional depende não apenas de normas formais, mas também da formação contínua de seus membros e da construção de uma cultura institucional compartilhada.

Os dispositivos estatutários revelam uma concepção de governança baseada na participação colaborativa, na definição clara de responsabilidades e na valorização do compromisso coletivo. A distribuição de funções entre dirigentes, orientadores, tutores e membros promove uma gestão integrada, favorecendo a articulação entre atividades administrativas, educacionais e culturais. Essa organização fortalece a transparência institucional e amplia a capacidade da academia de desenvolver ações permanentes voltadas à formação intelectual e à difusão da cultura.

Outro resultado relevante refere-se à incorporação da sucessão institucional como princípio estruturante do modelo organizacional. Diferentemente de organizações que tratam a renovação de seus quadros apenas como necessidade administrativa, o estatuto propõe um processo contínuo de preparação de futuros líderes. A formação de crianças e jovens ocorre de maneira planejada, permitindo que a experiência acumulada pelas gerações anteriores seja progressivamente compartilhada e incorporada pelos novos membros. Esse mecanismo reduz riscos de descontinuidade e fortalece a preservação da identidade institucional ao longo do tempo.

A sustentabilidade cultural também se manifesta na integração entre educação, literatura, artes, pesquisa e participação comunitária. O estatuto incentiva a realização de atividades que aproximam a academia da sociedade, ampliando o acesso aos bens culturais e estimulando a produção intelectual desde as primeiras etapas da formação. Essa aproximação fortalece a função social da instituição e contribui para consolidar uma cultura de participação, responsabilidade e valorização do patrimônio cultural.

Os resultados permitem compreender que a proposta estatutária responde a um dos principais desafios enfrentados pelas academias de letras contemporâneas: assegurar sua continuidade sem perder sua identidade histórica. Ao integrar formação humana, planejamento institucional e participação intergeracional, o modelo promove uma renovação gradual das lideranças, preservando os valores fundamentais da instituição e favorecendo sua adaptação às transformações sociais e culturais. Essa perspectiva amplia a compreensão das academias como organizações educativas comprometidas não apenas com a preservação da memória, mas também com a construção do futuro da cultura literária brasileira.

12

A articulação entre governança, sucessão planejada e educação permanente constitui, portanto, uma das principais contribuições identificadas na análise documental. O estatuto demonstra que a sustentabilidade institucional não resulta exclusivamente de estruturas administrativas eficientes, mas da capacidade de formar continuamente novos sujeitos comprometidos com a missão acadêmica. Nesse sentido, a governança cultural emerge como elemento estratégico para assegurar a permanência, a relevância social e a capacidade inovadora das academias de letras no contexto contemporâneo.

4.3- Formação de Lideranças, Cidadania Cultural e Impactos Sociais

A análise do Estatuto evidencia que a formação de lideranças constitui um dos resultados mais expressivos da proposta institucional. Diferentemente de modelos centrados apenas na

participação em atividades literárias, o documento organiza um percurso formativo que estimula o desenvolvimento de competências intelectuais, éticas, sociais e organizacionais. Ao incentivar a atuação dos jovens em projetos culturais, pesquisas, ações comunitárias e atividades acadêmicas, o modelo amplia as oportunidades de aprendizagem e fortalece o protagonismo juvenil como elemento essencial da vida institucional.

Essa perspectiva aproxima a formação acadêmica do conceito de cidadania cultural, compreendida como o direito de produzir, compartilhar e preservar bens culturais, participando ativamente da vida intelectual da comunidade. O estatuto incentiva a inserção dos jovens em experiências que ultrapassam a dimensão individual da aprendizagem, promovendo a cooperação, o diálogo e a responsabilidade coletiva. Dessa forma, a produção literária e artística deixa de representar apenas uma manifestação estética e passa a constituir instrumento de participação social e fortalecimento da identidade cultural.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação, à pesquisa, à liderança e ao trabalho colaborativo. As atividades previstas favorecem a construção de habilidades indispensáveis para a atuação em ambientes acadêmicos, culturais e profissionais, preparando os participantes para exercer funções de representação institucional e de promoção da cultura. Esse processo evidencia que a formação proposta não se limita ao domínio de conteúdos literários, mas contempla dimensões amplas do desenvolvimento humano e da participação cidadã.

13

A análise também demonstra que o modelo institucional fortalece a relação entre academia e comunidade. Ao incentivar eventos culturais, projetos educativos, ações de incentivo à leitura e atividades de extensão, o estatuto amplia a presença social da instituição e favorece a democratização do acesso à cultura. Essa aproximação contribui para que a academia seja reconhecida não apenas como espaço de preservação da memória literária, mas como agente ativo de desenvolvimento cultural e transformação social.

Sob essa perspectiva, os resultados revelam que a proposta estatutária apresenta impactos que ultrapassam os limites da organização analisada. O modelo oferece uma referência para outras academias de letras e instituições culturais interessadas em desenvolver programas permanentes de formação de jovens, sucessão institucional e educação intergeracional. Sua estrutura demonstra que é possível conciliar tradição e inovação, preservando os valores históricos das academias ao mesmo tempo em que se ampliam suas funções educativas e sociais.

Em síntese, a formação de lideranças juvenis, a promoção da cidadania cultural e o fortalecimento dos vínculos entre academia e sociedade configuram resultados que evidenciam

a relevância do modelo analisado. Esses elementos reforçam a compreensão de que a sustentabilidade das instituições culturais depende da capacidade de formar sujeitos comprometidos com a produção do conhecimento, a valorização da literatura e a preservação do patrimônio cultural, contribuindo para a consolidação de uma cultura acadêmica participativa e socialmente responsável.

4.4- Modelo de Sucessão Acadêmica Intergeracional (MSAI) e Ecossistema Acadêmico de Formação Cultural (EAFC)

A pesquisa propõe o Modelo de Sucessão Acadêmica Intergeracional (MSAI) como contribuição original, destinado a explicar processos permanentes de formação intelectual, transmissão cultural e renovação institucional em academias literárias. Diferente dos modelos tradicionais de sucessão, centrados na substituição de dirigentes, o MSAI compreende a sucessão como processo educativo de longa duração, iniciado na juventude e consolidado por experiências contínuas de produção cultural, pesquisa e participação institucional.

O modelo organiza-se em seis dimensões interdependentes: ingresso institucional, tutoria intergeracional, formação acadêmica integrada, produção de capital cultural, consolidação da liderança e sucessão institucional. Trata-se de um processo cíclico, no qual cada geração forma a seguinte, assegurando continuidade, preservação da memória coletiva e fortalecimento do patrimônio cultural.

14

Como desdobramento, apresenta-se o Ecossistema Acadêmico de Formação Cultural (EAFC), que redefine a academia de letras como ambiente complexo de aprendizagem, integrando literatura, artes, pesquisa, ética, cidadania e liderança em um sistema formativo interdisciplinar. Nesse ecossistema, cada atividade contribui simultaneamente para competências cognitivas, sociais e culturais, configurando uma formação integral compatível com concepções contemporâneas de educação e desenvolvimento humano.

Assim, MSAI e EAFC ampliam os estudos sobre educação não formal e gestão cultural, demonstrando que academias literárias podem constituir espaços permanentes de formação humana, produção científica, criação artística e preservação cultural, fortalecendo a sustentabilidade institucional e a formação de lideranças intelectuais

5 DISCUSSÃO INTEGRADA

Os resultados obtidos permitem compreender que o Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional

Zona da Mata Mineira representa uma proposta institucional que integra, de forma coerente, educação não formal, governança cultural e sustentabilidade organizacional. A análise documental demonstra que esses elementos não se apresentam de maneira isolada, mas constituem um sistema articulado de formação humana, no qual a produção do conhecimento, a valorização da cultura e a preparação de novas lideranças são concebidas como dimensões complementares de um mesmo projeto institucional.

A interpretação dos dados evidencia convergência entre os dispositivos estatutários e os referenciais teóricos adotados. A concepção de educação dialógica e emancipadora aproxima-se das contribuições de Paulo Freire ao reconhecer os participantes como sujeitos ativos do processo educativo. Do mesmo modo, a valorização da mediação intergeracional confirma a importância atribuída por Lev Vygotsky às interações sociais na construção do conhecimento. Paralelamente, a presença de atividades voltadas à literatura, às artes, à pesquisa e à participação institucional favorece a formação do capital cultural, conforme discutido por Pierre Bourdieu, ampliando as possibilidades de inserção intelectual e social dos jovens acadêmicos.

Outro aspecto evidenciado refere-se à aproximação entre educação e governança institucional. Diferentemente de modelos organizacionais que tratam a sucessão apenas como procedimento administrativo, o estatuto propõe uma lógica de formação contínua, na qual o desenvolvimento de competências intelectuais, éticas e organizacionais ocorre desde o ingresso dos participantes na academia. Essa perspectiva transforma a sucessão institucional em um processo educativo permanente, fortalecendo a continuidade da missão institucional e reduzindo os riscos de descontinuidade das ações culturais.

A discussão também revela que a proposta institucional amplia o papel social das academias de letras. Tradicionalmente reconhecidas como espaços de preservação da memória literária, essas organizações passam a assumir funções relacionadas à formação de leitores, pesquisadores, escritores, artistas e agentes culturais comprometidos com o desenvolvimento da comunidade. Essa ampliação fortalece o vínculo entre academia e sociedade, tornando a instituição mais acessível, participativa e alinhada às demandas contemporâneas de democratização da cultura.

Sob a perspectiva das políticas culturais, os resultados indicam que iniciativas voltadas à formação intergeracional podem contribuir para o fortalecimento das organizações da sociedade civil dedicadas à cultura. Ao estruturar mecanismos permanentes de formação, participação e renovação institucional, o modelo analisado oferece uma alternativa para enfrentar desafios recorrentes, como o envelhecimento dos quadros associativos, a dificuldade

de sucessão de lideranças e a limitada participação juvenil em instituições culturais. Embora a pesquisa esteja centrada na realidade da ALB-MG/ZMM, os princípios identificados apresentam potencial de adaptação a outras academias de letras e organizações culturais com objetivos semelhantes.

6 IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E PARA AS INSTITUIÇÕES CULTURAIS

Os resultados desta pesquisa indicam que o modelo institucional das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira apresenta potencial para contribuir com o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à educação, à cultura e à participação social. A articulação entre formação intelectual, produção cultural e governança institucional evidencia que organizações da sociedade civil podem atuar como parceiras estratégicas na implementação de ações destinadas à democratização do acesso aos bens culturais e ao fortalecimento da cidadania.

No campo educacional, o estudo reforça a importância de reconhecer a educação não formal como componente complementar das políticas de formação integral. A experiência analisada demonstra que academias de letras podem desenvolver programas permanentes de incentivo à leitura, produção literária, pesquisa, artes e participação comunitária, ampliando as oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens. Essa atuação fortalece a articulação entre escola, família, instituições culturais e comunidade, favorecendo processos formativos mais abrangentes e socialmente contextualizados.

No âmbito das políticas culturais, os resultados evidenciam a necessidade de incentivar iniciativas que promovam a renovação das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio literário e artístico. A formação de novas gerações de acadêmicos, escritores e agentes culturais contribui para assegurar a continuidade dessas organizações e ampliar sua inserção social. Nesse sentido, o modelo analisado oferece subsídios para programas de incentivo à formação de jovens lideranças culturais e ao fortalecimento de redes colaborativas entre instituições públicas e organizações da sociedade civil.

A pesquisa também evidencia que a sustentabilidade institucional depende da existência de mecanismos permanentes de formação, participação e sucessão. Assim, políticas públicas voltadas ao fortalecimento das organizações culturais podem beneficiar-se de estratégias que estimulem a integração entre diferentes gerações, a valorização do voluntariado qualificado, a formação continuada de lideranças e a construção de ambientes institucionais participativos.

Tais iniciativas contribuem para ampliar a capacidade das instituições de responder às transformações sociais sem comprometer sua identidade histórica e sua missão cultural.

Embora os resultados estejam vinculados à realidade da ALB-MG/ZMM, os princípios identificados apresentam potencial de adaptação para outras academias de letras, institutos culturais, fundações, museus, bibliotecas comunitárias e organizações dedicadas à promoção da educação e da cultura. A flexibilidade do modelo favorece sua aplicação em diferentes contextos, respeitando as especificidades de cada instituição e preservando os princípios da formação intergeracional, da participação social e da sustentabilidade organizacional.

Por fim, o estudo reforça que políticas públicas voltadas à cultura não devem restringir-se à preservação do patrimônio material e imaterial, mas também contemplar estratégias de formação das pessoas responsáveis por sua continuidade. A valorização das novas gerações, associada à construção de ambientes permanentes de aprendizagem, constitui um elemento essencial para garantir que o patrimônio cultural seja continuamente produzido, reinterpretado e transmitido às futuras gerações. Sob essa perspectiva, o modelo institucional analisado representa uma contribuição relevante para o debate sobre inovação nas políticas culturais e para o fortalecimento das instituições comprometidas com a produção e a difusão do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira, compreendendo-o como uma proposta de educação não formal orientada à formação intelectual, à sustentabilidade institucional e à valorização da cultura. A análise documental demonstrou que o estatuto ultrapassa sua função normativa, constituindo um modelo organizacional que integra educação, literatura, artes, pesquisa, governança e participação social em uma estrutura voltada à formação contínua de crianças, adolescentes e jovens.

Os resultados obtidos permitem responder ao problema de pesquisa ao evidenciar que a institucionalização de academias de letras destinadas às novas gerações pode contribuir significativamente para a formação do capital cultural, para o desenvolvimento de lideranças intelectuais e para a sustentabilidade das instituições culturais. A proposta analisada demonstra que a preparação sistemática de novos acadêmicos fortalece a continuidade organizacional, amplia o acesso aos bens culturais e favorece a construção de uma cultura institucional baseada na cooperação, na responsabilidade social e na valorização do conhecimento.

A hipótese que orientou a investigação também foi corroborada pela análise desenvolvida. Os dispositivos estatutários revelam que a articulação entre tutoria intergeracional, formação interdisciplinar e sucessão planejada constitui um mecanismo consistente para promover a renovação das academias de letras sem romper com sua identidade histórica. Ao integrar diferentes gerações em processos permanentes de aprendizagem, o modelo fortalece a preservação da memória institucional e amplia a capacidade da organização de responder aos desafios culturais do século XXI.

Outro aspecto relevante refere-se ao reconhecimento das academias de letras como instituições educativas. A pesquisa evidencia que essas organizações podem desempenhar funções que extrapolam a preservação do patrimônio literário, tornando-se ambientes permanentes de produção do conhecimento, formação cidadã e desenvolvimento cultural. Essa ampliação de sua missão institucional aproxima as academias das diretrizes contemporâneas da educação ao longo da vida e reforça sua importância como espaços de aprendizagem, inovação e participação social.

A investigação também demonstra que a integração entre educação, cultura e governança constitui um diferencial estratégico para o fortalecimento das organizações culturais. A sistematização do Modelo de Sucessão Acadêmica Intergeracional (MSAI) e do Ecossistema Acadêmico de Formação Cultural (EAFC) sintetiza essa integração e oferece referenciais conceituais capazes de orientar novas pesquisas e práticas institucionais voltadas à formação de lideranças, à democratização do acesso à cultura e à sustentabilidade organizacional.

18

Dessa forma, a pesquisa reafirma que investir na formação de crianças, adolescentes e jovens significa investir na continuidade da cultura, na preservação da memória e na construção de instituições mais resilientes e socialmente relevantes. O estatuto analisado evidencia que tradição e inovação não constituem perspectivas opostas, mas dimensões complementares de um mesmo projeto institucional, no qual a valorização das novas gerações representa condição indispensável para assegurar a permanência e a vitalidade das academias de letras no cenário contemporâneo.

A principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a sustentabilidade das academias de letras depende não apenas da preservação de seu patrimônio histórico e literário, mas, sobretudo, da capacidade de formar continuamente novas gerações de leitores, escritores, pesquisadores e agentes culturais. A análise do Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da Academia de Letras do Brasil – Seção Minas Gerais – Seccional Zona da Mata Mineira evidencia que a educação intergeracional pode constituir um eixo

estruturante da renovação institucional, articulando tradição, inovação e compromisso social em uma proposta integrada de formação humana.

Ao longo da investigação, verificou-se que a combinação entre educação não formal, tutoria acadêmica, governança cultural e sucessão planejada amplia o alcance social das academias de letras e fortalece sua capacidade de responder às transformações contemporâneas. O modelo institucional analisado demonstra que a formação intelectual pode ser concebida como um processo permanente, no qual crianças, adolescentes e jovens participam ativamente da construção, preservação e difusão do conhecimento, consolidando uma cultura organizacional baseada na cooperação, na ética e na valorização da diversidade cultural.

Os modelos conceituais propostos - Modelo de Sucessão Acadêmica Intergeracional (MSAI) e Ecossistema Acadêmico de Formação Cultural (EAFC) - sintetizam essa compreensão ao oferecer uma estrutura analítica capaz de explicar como processos educativos, culturais e organizacionais podem atuar de forma integrada para assegurar a continuidade institucional. Esses modelos representam uma contribuição original do estudo ao campo da Educação e da Gestão Cultural, oferecendo referenciais teóricos que poderão ser testados, aperfeiçoados e aplicados em futuras investigações sobre instituições culturais e organizações da sociedade civil.

19

Além de sua contribuição acadêmica, o estudo apresenta relevância institucional e social ao evidenciar que academias de letras podem assumir papel estratégico na formação cidadã, na democratização do acesso à cultura e no fortalecimento do capital cultural das comunidades em que atuam. A aproximação entre diferentes gerações, mediada por práticas educativas permanentes, favorece a construção de vínculos institucionais sólidos e amplia as possibilidades de participação da juventude na preservação do patrimônio literário e cultural brasileiro.

Embora a investigação tenha se concentrado na análise de um único estatuto institucional, seus resultados indicam possibilidades de aplicação em diferentes contextos organizacionais dedicados à educação, à cultura e à preservação da memória. A adaptação dos princípios aqui discutidos poderá contribuir para o fortalecimento de academias de letras, institutos culturais, bibliotecas, museus e demais organizações comprometidas com a formação humana e com a continuidade de seus projetos institucionais, respeitando as especificidades de cada realidade.

Conclui-se, portanto, que o Estatuto das Academias Infantojuvenil e Juvenil da ALB-MG/ZMM representa uma proposta institucional inovadora ao integrar educação, cultura e governança em um modelo orientado para a sustentabilidade organizacional e para a formação

de novas lideranças intelectuais. Ao reafirmar que o futuro das instituições culturais depende da participação ativa das novas gerações, esta pesquisa amplia o debate sobre educação intergeracional e oferece fundamentos científicos para a construção de organizações culturais mais inclusivas, resilientes e comprometidas com a produção, a preservação e a difusão do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. *A memória cultural: escrita, lembrança e identidade política nas primeiras grandes civilizações*. São Paulo: Unesp, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *The forms of capital*. In: RICHARDSON, John G. (org.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: Constituição . Acesso em: 19 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=%22https%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2Fleis%2Fl8069.htm%22&utm_source=copilot.com . Acesso em: 19 jul. 2026.

20

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 19 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. *Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: L12343 . Acesso em: 19 jul. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 nov. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm. Acesso em: 19 jul. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: [agenda2030-pt-br.pdf](#) . Acesso em: 19 jul. 2026.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Brasília, DF: UNESCO, 1998. Disponível em: [Learning: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century - UNESCO Digital Library](#) . Acesso em: 19 jul. 2026.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=%22http%3A%2F%2Fportal.unesco.org%2Fen%2Fev.php-URL_ID%3D31038%26URL_DO%3DDO_TOPIC%26URL_SECTION%3D201.html%22&utm_source=copilot.com . Acesso em: 19 jul. 2026.

UNESCO. *Recomendação sobre Aprendizagem e Educação de Adultos*. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: [Lifelong learning in Italy: the extent to which vocational education and training policy is nurturing lifelong learning in Italy - UNESCO Digital Library](#) . Acesso em: 19 jul. 2026.

21

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WENGER, Etienne. *Communities of practice: learning, meaning, and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.